



A AÇÃO LACANIANA E O DIGAÍ MARÉ¹

Ana Lúcia Lutterbach-Holck
Marcus André Vieira

Referência:

Lutterbach-Holck, A. L. & Vieira, M. A. *A ação lacaniana e o Digaí Maré. Correio da EBP n. 58, Rio de Janeiro, EBP, 2007.*

[Capa e índice](#)

Resumo: Apresentação do projeto “Digaí-Maré” aproximando-o do que J. A. Miller definiu como “ação lacaniana”: “o que poderia, juntamente com o ato analítico tal como Lacan o definiu, ganhar lugar como ação psicanalítica, como ação lacaniana, que pudesse propiciar, deste ato, suas conseqüências na sociedade? (com Ana Lúcia Lutterbach-Holck).

Palavras-Chave: digaí, ação lacaniana, cidade, sintoma

O Digaí-Maré é um projeto de consultas e atendimento psicanalítico, gratuito e por tempo determinado que visa propiciar a presença do discurso analítico em uma comunidade específica, assim como favorecer e examinar suas incidências no plano coletivo. Ele se inscreve no vasto movimento do Campo Freudiano impulsionado pelas indicações do seminário da Orientação Lacaniana, como esta que faz nossa epígrafe, e que deu origem aos CPCTs, conversações como a de Barcelona, sobre os efeitos rápidos da psicanálise, assim como a diversas outras iniciativas de nossa comunidade.²

¹ O trabalho conceitual sobre "grupos lacanianos" vem sendo realizado pela coletividade do DIGAÍ-Maré. Este texto deve quase tudo o que avança a este trabalho.

² Miller, J. A. org. *Effets thérapeutiques rapides en psychanalyse*, Paris, Navarin, 2005. ou *Efectos terapeuticos rapidos, Conversaciones Clinicas*, Buenos Aires, Paidós, 2006.

Somos vinte e dois entre membros da Escola Brasileira de Psicanálise, aderentes da Seção Rio e alunos do Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ) que partiram da aposta inicial de uma oferta de atendimento a uma comunidade específica, a Maré. Chegamos à Maré em maio de 2005, sem mais conhecimento sobre ela que a maioria da população brasileira, o de que ali estariam reunidos ingredientes que servem de sustentação ao tráfico de drogas e à violência. De fato, ela figura no imaginário nacional como uma imprecisa e extensa área de precariedade e exclusão, povoada por cruas cenas de violência e pobreza. Bastante distinto pareceu-nos, de saída a realidade da Maré, um bairro dentre os tantos do município do Rio de Janeiro composto por 16 comunidades, que totaliza 132.176 pessoas e que constitui a mais populosa área favelizada do Rio. O bairro, que tem 94% de suas crianças na escola, deve à “Maré dos jornais” sua fama, muito provavelmente por sua localização no entroncamento das três principais vias de acesso ao Rio, uma vez que seus índices são comparáveis aos de tantas outras favelas do município (CENSO CEASM-2000).

Partimos da demanda do CEASM (Centro de Estudos e Ação Solidária da Maré)³, ONG criada por integrantes da Maré em 1997 que se dedica a projetos nas áreas de educação, cultura, trabalho, comunicação e memória. Foi na brecha entre o público e o privado - onde operam as ONGs, e onde os modelos de intervenções são prioritariamente coletivos, que começamos a buscar uma maneira de trabalhar. Frente a essas contingências fizemos a opção de iniciar atendimentos gratuitos, preferencialmente em grupo, para crianças, adolescentes e adultos, recebendo tanto os encaminhamentos das escolas feitos através das assistentes sociais do CEASM, quanto da demanda espontânea de pessoas da comunidade.

Após dois anos o DIGAÍ está presente em duas comunidades da Maré, (CIEP Gustavo Capanema na Vila do Pinheiros, coordenada por Ondina Machado e a clínica criada pelo Projeto na comunidade de Nova Holanda, coordenada por Andréa Reis). A caminho de tornar-se uma referência para a comunidade, o projeto já atendeu mais de cento e cinquenta pessoas neste período⁴.

1. Insígnias grupais: S₁

³ “O CEASM atua no conjunto de comunidades populares da Maré, área da cidade do Rio de Janeiro que reúne cerca de 130 mil moradores. O Centro foi fundado e é dirigido por moradores e ex-moradores locais que, em sua grande maioria, conseguiram chegar à universidade. Os projetos desenvolvidos pelo CEASM visam superar as condições de pobreza e exclusão existentes na Maré, apontado como o terceiro bairro de pior índice de Desenvolvimento Humano da cidade”. Retirado de: www.ceasm.org.br (grifo nosso).

⁴ Vale lembrar o modo como Maria Cecília Galletti Ferreti destaca essa aposta, da qual partilhamos: “A psicanálise aplicada nasce da teia conceitual e da práxis lacaniana...e tem como um de seus corolários a passagem do “um” ao “coletivo”, isto é, pra sustentarmos que uma prática que envolva a coletividade seja chamada de analítica, é preciso mostrar que aquilo que nasce da experiência com um seja aplicável a uma experiência com vários.” Ferreti, M.C G(2005). Do “um” ao “coletivo”. Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, Ed. Eólia, número 44.

O atendimento psicanalítico em grupo, desde Freud, em 1921, com *Psicologia das massas e análise do eu*, estabeleceu uma longa tradição em que se alinham Bion, Rickman, Pichon-Riviere e muitos outros. Em Lacan encontramos poucas referências ao atendimento em grupo, apenas uma em seus escritos. Como sabemos, o termo “grupo” é habitualmente destacado por ele para designar um efeito, de “obscenidade imaginária”, que pode acrescentar-se a um coletivo. Haveria, assim, a possibilidade de um laço social “purgado” do efeito de grupo que apesar de constituir uma “empreitada desesperada”, fundaria a possibilidade do discurso analítico sustentar um laço social em que a obscenidade imaginária não desse o tom.⁵

No entanto, na única ocorrência sobre o tema, em *O Aturdido*, ele não toma o termo “grupo” apenas no sentido acima, afirmando que:

as práticas ditas de grupo desvelam apenas um efeito purificado, se me atrevo a dizê-lo do próprio discurso que permitiu sua experiência [o ato analítico]. Não há nisso nenhuma objeção à prática dita de grupo, desde que ela seja bem indicada (é pouco [c'est court]).⁶

Indo mais longe, em *RSI*, ele não hesita em endossar a identificação com o grupo:

O que desejo é a identificação com o grupo, porque é certo que os seres humanos se identificam com um grupo; quando não se identificam estão fracassados, estão isolados. Mas não digo com isso a que ponto devem identificar-se. [e um pouco adiante acrescenta]: O ponto de partida de todo nó social se constitui pela não relação sexual como furo.⁷

O ponto de identificação se dará com o furo e não a partir da consistência imaginária. Partimos então da possibilidade de uma identificação com o grupo que não seja a base para a homogeneização, obstáculo ao trabalho analítico. Neste sentido, entendemos o trabalho com grupos monossintomáticos, tal como os define M. Recalcati⁸, como possibilidade de endosso inicial do imaginário grupal, apenas para que se defina a seguir uma possibilidade de separação, para cada um, da cola grupal. Uma das razões evocadas por ele é que em muitas situações, especialmente em nossos dias, somos obrigados a partir da homogeneidade e não da heterogeneidade, de uma solda grupal evidente e não de uma desidentificação, para, a partir daí introduzir o inconsciente.

Não tivemos sucesso, porém, ao propor grupos “temáticos”: depressão, stress, etc. Fomos levados, por outro lado, a descobrir que temas determinados tendiam a surgir quase que espontaneamente no trabalho. Eles se tornavam *a posteriori* temas privilegiados e propiciavam uma estabilização do coletivo como grupo, em lugar de instituírem-se *a priori* como porta de entrada imaginária para a experiência.

⁵ “...meço o efeito do grupo pelo que ele acrescenta de obscenidade imaginária ao efeito de discurso [como laço social]” Lacan, J. Outros Escritos, Rio de Janeiro, JZE, 203, p. 475.

⁶ Idem.

⁷ LACAN, J. (1975) RSI, lição 15/04/1975. Inédito.

⁸ Recalcati, Massimo (2002). Uma aplicação da psicanálise à clínica do grupo: O homogêneo e o aleatório. Mental n 10.

São temas que funcionam como verdadeiros significantes-mestres do grupo, no sentido em que se serve desta expressão Lacan em seu seminário *O avesso da psicanálise*. Neste contexto, a referência maior para o trabalho foi a delimitação da escrita lacaniana do ideal do eu como S_1 , empreendida por J. A. Miller em *Os signos do gozo*:

S_1 é um operador de alienação, e por isso coletivizante, Freud o chamou de ideal do eu e Lacan em sua primeira formalização o chamou de I com maiúscula. Mais tarde em sua segunda formalização, propôs a escrita S_1 e deste modo o generalizou, pois que esta letra se refere sem dúvida ao ideal do eu, mas também ao Nome do Pai e a muitas coisas mais.⁹

S_1 , então, será situado por Miller na linha do traço unário de Lacan. Apesar de traço de união ele não é homogeneizante no sentido do “eu também” assinalado por Recalcati como índice da cola grupal. Como o traço-de-união é uma marca identificatória que reúne o sujeito a um grupo, mas não por seus atributos e sim pelo que nele é apagamento, “*pelo que sobra quando se perdeu tudo*”¹⁰. Evidentemente os dois aspectos da identificação estavam presentes em nossos grupos, mas pareceu-nos possível privilegiar, de saída, nos S_1 grupais que nos eram oferecidos, este aspecto de união paradoxal. Como quando uma participante, em silêncio, escutando os outros começa a chorar e, ao ser interpelada, responde:

“É que uma pessoa falou, depois a outra falou, não é igual a mim, mas mistura tudo e dá o meu prefixo”¹¹.

2. Efeitos de interpretação: S_1 e a

O choro, aqui, já anuncia a tensão estabelecida entre S_1 e a por Miller: “Este S_1 está em tensão com o que designa a como mais de gozar particular do sujeito”¹². Passamos a considerar, então, que um coletivo permeável ao discurso analítico seria aquele em que fosse possível reconhecer tanto alguns S_1 coletivos quanto efeitos da apresentação deste gozo singular atrelado ao S_1 para este ou aquele participante do grupo.

Nosso coletivo de trabalho parece distinguir-se dos grupos em que se privilegia uma espécie de “mente grupal” em analogia com um ego. Um ego é um S_1 sem a , sem que a face de gozo da identificação seja convocada. Em uma análise os S_1 produzidos serão forçados a esta apresentação de a , uma análise lida ao mesmo tempo com S_1 e a ou, como chamamos, com “nomes de gozo”. Isto não nos poupa de explorar toda a literatura dedicada ao trabalho de assimilação entre um grupo e um ego, uma mente grupal etc, mas permitiu-nos prosseguir sem a obrigação de atravessar previamente este enorme campo de referências.

⁹ Miller, J. A. *Los signos del goce*, Buenos Aires, Paidós, 1998, p. 24.

¹⁰ *Ibid.* p. 104.

¹¹ Retirado de um grupo coordenado por Andréa Reis.

¹² *Ibid.*, p. 24.

Observamos efeitos, por vezes fulgurantes dessas apresentações do objeto nas falas dos sujeitos e nos permitimos denominá-los “efeitos de interpretação”, mesmo considerando a distância que nos separava da situação analítica. Em nossa experiência acreditamos observar que a partir do S_1 de base, definiam-se “posições de objeto” e mesmo “falas de objeto” que pudemos aproximar da interpretação a partir da indicação de Lacan de que a interpretação porta sobre o **a**, causa do desejo e de certa forma, dele provém, pois o analista é exatamente aquele que dele faz semblante.¹³ Tomemos o exemplo de duas participantes de um grupo de adultos narrado por Andréa Reis e Sandra Viola:

Neuza queixa-se de ter abandonado sua vida para se tornar empregada da sogra, sofrendo de Alzheimer. É responsável pelos cuidados mais básicos que vão desde levá-la ao banheiro até impedir que ela fuja de casa. A outra participante é Consuelo, que chega ao grupo com uma demanda: quer saber como fazer para ajudar aos outros. Sua história de miséria e violência fez com que Consuelo seguisse à risca o mandamento de sua mãe: “nunca se case minha filha”. Consuelo diz-se ocupada cuidando dos irmãos e dos problemas deles.

Num dos encontros, Neuza chega ao grupo com uma novidade: teve coragem de dizer à sogra tudo que queria ter dito ao longo dos últimos meses. A resposta da sogra lhe surpreendeu e parece ter provocado um importante efeito: “Não te pedi nada, você faz porque quer”. Neuza conta que depois do susto e desde então algumas coisas diferentes começaram acontecer, não se irrita tanto, cuida da sogra com um pouco mais de paciência.

Logo após o relato de Neuza, Consuelo toma a palavra. Diz que é exatamente esse “querer fazer” que ela não consegue encontrar. “Me acho responsável pelas pessoas, a gente passa a vida carregando essa cruz que a gente criou, sentindo que é uma obrigação, deixa de viver a própria vida, envelhece sozinha e depois mostram que ninguém pediu nada”.

A partir desse momento, nos atendimentos que se seguiram, Consuelo começa a falar dos medos que vão diminuindo e de projetos que vão surgindo: Quer perder a inibição e falar nas aulas da faculdade, quer fazer um quarto só pra ela na laje e talvez até morar sozinha, quer guardar algum dinheiro para si ao invés de dar tudo que sobra pra irmã, quer deixar de “se meter demais” na vida dos irmãos. Em uma das reuniões, depois de uma fala de Consuelo, uma das participantes pergunta: “e se aparecer um homem, você pega?” Ela responde: “Não sei, pode ser, passei minha vida querendo ser perfeita, agora quero ser humana”.¹⁴

3. Nomeações?

Até aqui vimos sobretudo como observamos efeitos de corte e de reformulação subjetiva a partir dele. Há que se interrogar, porém, se não haveria a possibilidade de um efeito de enlaçamento entre significante e gozo a partir da interpretação, em sua vertente de nomeação.

Isso porque nem sempre os S_1 coletivos são tão estáveis. Esta é uma marca de nossos tempos, de comunidades precárias e fragmentárias. Seria a favela lugar privilegiado de trabalho em um contexto assim definido? Parece-nos mais pertinente apoiarmo-nos nos exemplos dos grupos de criança, sem que seja necessária uma referência a um suposto caos social tal como imaginam os moradores dos bairros financeiramente privilegiados, imaginação que de modo

¹³ Cf. Lacan. J. Outros Escritos, op, cit. p. 474.

¹⁴ Cf. retirado do texto Prática lacaniana do coletivo de Sandra Viola e Andréa Reis no site <http://br.groups.yahoo.com/group/digai>

algun se confirma em nosso trabalho até hoje. Dessa forma, vejamos alguns fragmentos referentes ao uso que duas crianças fizeram do atendimento no dispositivo coletivo.

Rogério chega ao grupo agitado, provoca os outros participantes, corre de um lado para o outro, se arrasta no chão entre as cadeiras para “assustar” as meninas, pula a janela, fala alto, é muito impulsivo. No entanto, quando todos ficam envolvidos numa mesma atividade, explica as regras do jogo, organiza a ordem dos jogadores, fica mais “tranquilo”.

Num dos encontros traz um caderno e mostra para uma das coordenadoras seus “segredos”, monstros desenhados da primeira à última página, com legendas, ora “monstros”, ora “super-heróis” e comenta: “Sabia que eu sei desenhar a morte?” e em vários dias subseqüentes desenha a morte.

Valéria, outra participante, é calada, tem dificuldade de brincar com outras crianças, está sempre isolada e apesar de ter 8 anos não sabe escrever. Conta sobre seu medo do que chama de “bicho matador”, assustador, que está em todo lugar amedrontando-a. À medida que vai contando a história desenha seus elementos no papel. No momento em que está prestes a desenhar o bicho matador, pára e diz: “Esse eu não sei desenhar” mostrando-se incomodada, mas imediatamente vira-se para um dos desenhos de Rogério sobre a morte e diz: “Esse é o bicho matador”. Valéria depois volta a desenhar a mesma cena e, então, consegue desenhar o “bicho matador” e escreve o nome dele.

Elza outra participante pega o papel e diz que ali não tinha nada escrito, era só um rabisco. Diante da situação, a coordenadora diz que ali está escrito o nome do bicho mas é uma escrita secreta. Valéria pega a deixa da coordenadora e diz que Rogério conhece o segredo e pode ler. Rogério não recua do papel para o qual foi convocado e responde lendo o nome (um grunhido, um nome sem sentido). Valéria satisfeita confirma dizendo que é isso mesmo e diz que o bicho só não aparece para os adultos. Rogério, então, sugere que ela fique sempre ao lado de um adulto para se proteger, mas ela diz que isso não resolve e então encontra a solução dizendo que o bicho desaparece sempre que vê seu nome escrito.¹⁵

Nessa situação clínica verificamos como um coletivo opera para que o sujeito possa dele se servir para encontrar uma solução própria: Valéria primeiro se serve do desenho de Rogério para expressar seu medo e fazer seu primeiro esboço de escrita. Com a “escrita secreta”, artifício introduzido pela coordenadora, Valéria entra no jogo e convida Rogério a participar. Este, por sua vez, ao ler o ilegível cria recursos para Valéria fazer laço social e enfrentar seu medo - funções que a enlaçam ao Outro e propiciam sua descoberta de que a palavra mata a Coisa.

4. Nomes pelo pior

O grupo de crianças nos ensina que mesmo nas situações mais desesperadas algo é produzido pelo sujeito para enlaçar significante e gozo. Nem sempre porém, teremos acesso ao nome neste plano, como invenção singular. No mais das vezes é a apropriação por parte do sujeito de um S_1 coletivo que estabiliza uma identidade e que por isso mesmo impede o acesso ao singular. Diante da fragmentação geral das identificações alguns S_1 podem instituir identificações

¹⁵ Esse grupo foi coordenado por Franciele Almeida e Mariana Martins sob supervisão de Ana Lúcia Lutterbach Holck. Agradecemos a ambas por terem concedido a publicação do caso no presente trabalho.

rígidas, identidade pelo pior, como o situa Laccadé. Isso se vê mais claramente num grupo de adolescentes¹⁶:

Num grupo, adolescentes discutem se um pai pode transar com sua filha. Fazem uma eleição e a maioria diz que pode. O assunto toma um forte tom de ironia, com o visível intuito de chocar. Diante disso, o coordenador pergunta a opinião da única menina do grupo, que reage tomada de uma indignação que revela que o tema não lhe é indiferente. Diz ser um absurdo, que uma menina não pode transar com o pai, nem com o padrasto etc.¹⁷

A língua mais em sua vertente de gozo que de sentido, seu uso como uma “arma que define uma potência agressiva e faz explodir os semblantes” é aproximada por P. Lacadée da ironia, em que as palavras se tornam “nomes do pior”. Esta ironia destruidora encontra, no entanto, lugar natural num grupo. É o que talvez possa permitir que se abra a brecha de uma possível conexão entre som e sentido, reinstituindo a função de enlace do pai no tecido social.

A manobra da eleição traz um sim do coordenador ao discurso violentamente irônico dos adolescentes que permitiu que outra coisa tomasse lugar, a fala exaltada da menina, por exemplo, que vem reconstituir um nome como pai deste enlace.

Se há ironia mortífera dos adolescentes, há um acolhimento da ironia e uma manobra sobre ela, não menos irônica do coordenador

O caso do grupo de crianças ensina que mesmo nas situações mais desesperadas algo é produzido pelo sujeito para enlaçar significante e gozo. Há que se considerar, porém, o quanto foi importante que o coordenador do grupo pudesse descolar Rogério da nomeação que tornou possível para Valéria. O mesmo é válido para a manobra da eleição.

Na psicanálise individual, a interpretação cabe ao analista na posição de semblante do objeto. No grupo, o coordenador não é responsável pela interpretação, mas favorece efeitos de interpretação vindos dos participantes.

Aquele que interpreta, nestes casos, o faz identificado ao objeto e não como semblante. O “interpretante”, que neste caso não é o analista, não deve, porém, se identificar com o objeto (de onde provém o nome de gozo produzido). Portanto, além de favorecer estes efeitos, o coordenador do grupo precisa produzir um modo de obter este efeito de separação, como por exemplo, quando cria a “escrita secreta”, não permitindo que o interpretante se mantenha colado à posição que o permitiu interpretar. Sendo assim, a interpretação tem efeitos tanto para o participante que sofre a interpretação, quanto para aquele que interpreta.

A questão se coloca: o que se espera dos coordenadores? Até que ponto seu trabalho deve ao ato analítico? Que formação é necessária e que formação o trabalho nestes grupos propicia?

4. Cartel

¹⁶ Lacadée, P. “*La modernité ironique et la Cité de Dieu* », *La cause freudienne* n. 64, pp. 37-46

¹⁷ Fragmento do grupo de adolescente coordenado por Rodrigo Lyra e gentilmente cedido para este trabalho.

Para orientar as considerações do Digai sobre a função de nossos coletivos de trabalho com relação ao tema do grupo e, nele, do discurso analítico, temos nos servido do que Lacan delimitou sobre o cartel.

Desde o texto de 1945 “A psiquiatria Inglesa e a guerra”, em que trata do impacto da trabalho de Bion e Rickmann junto as tropas inglesas, vamos encontrar importantes elaborações sobre a formação do grupo e os processos de identificação entre seus membros. E. Laurent se refere a este texto como “um dos fios condutores da genealogia do pequeno grupo que Lacan chamava de cartel” e chama a atenção para a relação entre o pequeno grupo e “os *princípios de ação da psicanálise no campo social em seu conjunto*”.¹⁸

A idéia de uma tarefa a partir do que é trazido pelos integrantes permite favorecer a reunião do coletivo em torno de um S_1 com a marca do vazio, aposta em um trabalho porvir.

Os de nossos grupos, de crianças, foi marcado pela “exposição”, idéia lançada por Lucas, um dos participantes, logo nos primeiros encontros. Ele sugeriu que os trabalhos feitos pelas crianças fossem “expostos” para a comunidade na Casa de Cultura ou na Lona Cultural, locais onde seus pais trabalham. As outras crianças aceitaram a idéia, mas sem muito entusiasmo. Como para Lucas, a idéia da “exposição” parecia ter um valor muito especial em seu tratamento, as coordenadoras a encamparam. Foi em torno de massinhas para modelar e de material reciclável que as crianças desse grupo passaram, então, a se reunir e a produzir. Embora não tenha sido tema central, a exposição acabou por tornar-se essencial, pois foi a partir dela que as produções começaram efetivamente a ser dar em torno do material ali disponível. Cada criança construiu, a cada encontro, algo seu a partir do “material de uso comum”, em torno do qual estavam reunidas. As trocas durante as construções foram variadas e constantes.¹⁹

O coordenador, então, pode ser aproximado do mais-um. Ele deve dar aos efeitos da interpretação um destino: fazer valer, para cada um a novidade desta interpretação e sua posição. Ao mesmo tempo, deve levar esta novidade, o produto de cada um, para o plano coletivo do próprio grupo. Neste sentido ele pode definir, eventualmente, uma tarefa, que poderá ter um resultado coletivo e produzir efeitos diretos na comunidade, ou apenas decidir que o grupo deve se dissolver porque os efeitos de sujeito já não sustentam mais os S_1 de partida.

6. “Comunidade”?

Nossos grupos nos ensinam a cada dia que mesmo nas situações mais desesperadas algo é produzido pelo sujeito para enlaçar significante e gozo. Nem sempre porém, temos acesso à nomeação neste plano, como invenção singular. No mais das vezes é a apropriação por parte do sujeito de um S_1 coletivo que estabiliza uma identidade e que por isso mesmo impede o acesso ao singular.

¹⁸ Lacan, J.(1946) Outros Escritos, “A Psiquiatria inglesa e a guerra”. Rio de Janeiro: Zahar.
Laurent, E. “Lo real y el grupo”. In: Ecos y matices en psicoanálisis aplicado: clínica de la psicosis, la fobia, el FPS y el pequeno grupo. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2005. LAURENT, Eric. “Sete problemas de lógica coletiva na experiência da psicanálise segundo o ensinamento de Lacan”. In: Opção Lacaniana, n. 26/27, abril, 2000.

¹⁹ Este exemplo foi extraído do trabalho de Maricia Ciscato e Tatiane Grova a quem agradecemos.

Diante da fragmentação geral das identificações alguns S₁ podem instituir identificações rígidas, identidades constituídas na ruptura com o Outro, como se vê mais claramente nos grupos de adolescentes. Um espaço coletivo talvez seja um dos poucos lugares em que esta identidade pela violência pode encontrar lugar “sustentável”. Basta pensar em como a linguagem do rap ou hip-hop instituiu uma identidade. O grupo talvez possa permitir que se abra a brecha de uma possível conexão entre jargão e *establishment*, entre gozo e desejo, reinstituindo a função de enlace no tecido social que até ontem era garantida pelo Pai.²⁰

Parece-nos que nossos grupos realizam, de certa maneira, um movimento de volta à origem dos cartéis. Lacan partiu dos grupos clínicos na guerra para chegar ao cartel. Não estaríamos partindo do cartel para a clínica em tempos de guerra?:

1) o cartel tem um objetivo coletivo mas o produto final deve ser de cada um. Nossos grupos tem um objetivo terapêutico comum mas cada um vai se inserir com seu sintoma e gozo singulares;

2) O cartel sustenta a Escola ao produzir efeitos coletivos a partir do trabalho realizado em pequenos grupos. Nossos cartéis também visariam efeitos de sujeito no coletivo;

3) O cartel engendra efeitos de saber sobre o real de uma Escola. Esperamos que nossos coletivos de trabalho produzam ao mesmo tempo efeitos de saber sobre o real do sujeito e sobre a comunidade em questão, por exemplo, o real de sua violência.

A aposta do DIGAÍ-Maré é que os efeitos alcançados por essas crianças, adolescentes e adultos que estão sendo atendidos repercutam na comunidade como um recurso para lidar com o medo e a violência. Temos observado a partir dessa experiência o quanto, alguns sujeitos puderam encontrar um novo *savoir-faire* com seu gozo, colocando-o a serviço da comunidade de maneira bem mais viva, não mais a serviço do sofrimento. Apostamos ainda que nossos coletivos de trabalho possam contribuir para que a psicanálise tenha algo a propor com relação ao real do sujeito e da violência de nossos tempos.

²⁰ A língua mais em sua vertente de gozo que de sentido, seu uso como uma “arma que define uma potência agressiva e faz explodir os semblantes” é aproximada por Lacadée da ironia, em que as palavras se tornam “nomes do pior”. Lacadée, P. “La modernité ironique et la Cité de Dieu », La cause freudienne n. 64, pp. 37-46.

58

correio

REVISTA DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE

O modelo e a exceção



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

EDITORIAL 5

ESCOLA UNA

O modelo e a exceção 7
Éric Laurent

A VARIEDADE DA PRÁTICA: DO TIPO CLÍNICO AO CASO ÚNICO

Variedade dos sintomas, unicidade do tipo clínico 13
Elisa Alvarenga

OS OBJETOS a NA EXPERIÊNCIA PSICANALÍTICA

Quatro registros do objeto a : um roteiro de trabalho 23
Sérgio Laia

O caso da Rita 29
Heloisa Caldas

Uma voz que sonoriza o olhar 35
Vicente Palomera

A AÇÃO LACANIANA

A ação lacaniana e o DIGAL-Maré 40
Ana Lucia Lutterbach-Holck
Marcus André Vieira

CONEXÕES

Lacan medieval 53
Serge Cottet

LEITURAS

Comentário do artigo "A saúde mental e o direito à transferência", de José Antonio Naranjo, extraído de *El libro blanco del psicoanálisis. Clínica y política* 62
Oscar Reymundo

EXPEDIENTE 64